

AÇÕES AFIRMATIVAS NO PARAÍSO RACIAL: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Luciana de Oliveira Dias

Doutora e mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio doutoral em Educação Intercultural pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Associada à Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); e à International Political Science Association (IPSA). Atualmente é professora adjunta da Educação Intercultural e coordenadora do mestrado interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG). Tem experiência na área de Ciências Sociais na América Latina, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos; Educação Intercultural; Migrações Internacionais; Étnico-racialidade, Gênero e Sexualidades.

O texto a seguir apresenta algumas discussões relativas aos direitos, à cidadania e às questões étnico-raciais, estas que, muitas vezes, são negligenciadas. Meu intuito é discorrer sobre como são vivenciadas as relações étnico-raciais no Brasil, seus principais desdobramentos e suas implicações, sobretudo no âmbito das interações socioculturais estabelecidas no âmbito da educação. Gostaria de destacar também a importância da intervenção de pessoas e instituições para alterar situações de preconceito e discriminação étnico-racial que atravessam as vivências. Destaco que as ações afirmativas dependem de intervenções pessoais, institucionais, individuais e coletivas em situações de preconceito e discriminação, sobretudo a pessoas negras e indígenas no Brasil.

Para começar a discussão, gostaria que pudéssemos estabelecer três pressupostos básicos, ou três ideias centrais, que têm orientado pensamentos e ações sobre as relações

étnico-raciais. Esses pressupostos básicos ou elementos primeiros para reflexão são ideias que não são consensos e que, muitas vezes, são questionadas quando estamos discutindo sobre as relações étnico-raciais. Desta forma, questões de negritude e indianidade têm adentrado no cenário das discussões socioculturais, políticas e ideológicas de maneira não muito harmônica. Essa desarmonia decorre de interações com fortes lastros historicamente discriminatórios entre segmentos majoritários ou hegemônicos, e, o que poderíamos chamar aqui de minorias, políticas e não numéricas, étnico-raciais (negros e indígenas).

O primeiro pressuposto é o de que existe discriminação étnico-racial no Brasil, ou seja, existe discriminação contra negros e indígenas no Brasil. Esse pressuposto, embora pareça óbvio, é importante que seja marcado porque não são todas as pessoas que reconhecem a existência de discriminação étnico-racial. É lugar-comum nesse País negar a existência de racismo ou da intolerância contra segmentos étnico-raciais inferiorizados. Eu trago essa ideia primeira para que a gente guarde a noção de dominação colonial vivida a partir do período de invasão europeia nesta parte do continente. Uma invasão que deixou marcas extremamente profundas nas vivências interétnicas e raciais nesse País. Uma dessas marcas, talvez a mais perversa e violenta, é o racismo ou a discriminação racial.

Um segundo pressuposto que coloco em evidência, para que não restem dúvidas sobre o local discursivo e de debate que

estamos partindo, é o de que é possível saber quem são as pessoas negras, quem são as pessoas indígenas. É muito comum escutar, em nome de uma verdade universal que homogeneíza toda população brasileira, argumentos que afirmam que todos são negros ou que não há negros no Brasil, ou que todos sejam misturados, miscigenados. O processo de miscigenação pelo qual o Brasil passou teria levado esse País a uma situação de mistura tão profunda que seria impossível visualizar, no âmbito das relações e interações sociais, quem são as pessoas negras e quem são as pessoas indígenas. Eu o estabeleço como segundo pressuposto, porque a minha compreensão é de que é possível saber quem é negro no Brasil. O professor Milton Santos, da Universidade de São Paulo (USP), falava com muita propriedade que ser negro no Brasil é ser alvo de um olhar enviesado que aprisiona, em outras palavras: ser negro no Brasil é ser alvo de preconceito e discriminação de cunho racial, ser indígena no Brasil é experimentar, constantemente, na sua condição de sujeito, situações de preconceito e discriminação. O racismo, enquanto fenômeno social, é uma evidência importante que não pode ser negligenciada de que é possível identificar as diferenças entre sujeitos, mesmo em uma sociedade altamente miscigenada como o Brasil, em que contamos com um gradiente muito vasto de possibilidades de existência étnico-racial.

Ora, os agentes do racismo sabem quem é negro. Nesse sentido, a polícia, por exemplo, sabe quem é negro. Os agentes

repressores do Estado a mobilizações indígenas que acontecem em Brasília, por exemplo, sabem exatamente quem é indígena. Então, se abrimos mão de uma hipocrisia diante da necessidade de classificação, acabamos entendendo a possibilidade de identificação desses sujeitos. Assim sendo, o segundo pressuposto é o de que podemos sim identificar os sujeitos alvo, as vítimas, de situações de racismo, de preconceito e de discriminação étnico-racial.

E, por último um pressuposto, não menos importante, é a necessidade de atuação em situações de preconceito e de discriminação, que provocam dor e sofrimento em sujeitos; que agredem, inferiorizam e ofendem pessoas por conta de um pertencimento ou por conta de características sobre as quais esse sujeito não tem nenhum controle. Situações de racismo demandam urgentemente por intervenção ou interferência de sujeitos individuais e coletivos do Estado Nacional, das instituições e das pessoas em sua última instância na busca por superação de preconceito e discriminação étnico-racialmente orientadas. A agência é capaz de alterar um percurso e destaque-se a necessidade e urgência de interferência e intervenção para a superação de situações de desigualdades que têm provocado dores, sofrimentos, distanciamento de uma felicidade de indivíduos pertencentes a segmentos étnico-raciais não hegemônicos.

Para avançar um pouco nas discussões, apresento aqui algumas categorias conceituais que demandam por

aprofundamento e maior refinamento. É necessário compreender, com mais clareza, alguns conceitos para começar a transitar mais seguramente por esse terreno das relações étnico-raciais, tais quais são vivenciadas no Brasil.

O conceito de racismo é o primeiro deles, e, para compreender que existe discriminação no Brasil, é fundamental que se compreenda também o que é racismo, compreendendo-o como estando além de um conjunto de teorias, de crenças e de práticas que estabelecem uma hierarquia entre as raças, e assevero, existem raças humanas. O professor Antônio Sérgio Guimarães destaca, em seu livro *Racismo e Antirracismo no Brasil*, a importância do reconhecimento da existência das raças humanas. Ainda que tenhamos uma única espécie, as sociedades humanas se organizaram de forma a hierarquizar sujeitos diferenciados em estamentos hierarquizados na sociedade. Nesse sentido, o racismo pode ser entendido como uma doutrina ou um sistema político, em que se acredita na superioridade de determinadas raças em detrimento de outras que são consideradas como inferiores, sobre as quais recairá toda uma carga de racismo, de preconceito, de discriminação contra as quais a luta deve ser empreendida.

Um segundo conceito importante é o de raça. Raça pode ser entendida como uma noção que se configura no pensamento ocidental e se fortalece logo depois do período colonial. A raça será utilizada como elemento que vai justificar a opressão a determinados sujeitos trazidos do continente africano, ou a

sujeitos autóctones dessa parte do planeta. A raça, socialmente consolidada, passa a justificar a própria situação de subalternidade e de inferioridade.

Raça, nesse sentido, embora seja uma noção que não tenha tanta eficácia biológica, é um conceito que guarda uma forte significância sociológica e social. Exatamente porque a raça ordena, orienta, organiza as relações e as interações sociais vivenciadas no Brasil. Raça é um marcador importante que define quem vai ser a pessoa que vamos namorar, com quem vamos casar, com quem vamos nos relacionar no âmbito do trabalho. Se é um marcador importante no âmbito empírico e no âmbito social de interação sociocultural, a raça deve ser considerada também para melhor compreender as relações étnico-raciais que envolvem, de maneira subalternizada, negros e indígenas.

Para enriquecer um pouco mais aquele nosso terceiro pressuposto, que é essa necessidade de interferência em situações degradantes da existência humana, desumanizantes do próprio sujeito. Um terceiro conceito, relativamente novo na história do País, o de ações afirmativas, mas que guarda uma proximidade com o conceito de políticas públicas, por exemplo, quando a gente fala de ações afirmativas, ou medidas especiais, temporárias, que são tomadas pelo Estado de forma espontânea ou compulsoriamente e que tem o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo situações de igualdade e quebrando, destruindo ou, pelo menos, problematizando situações de desigualdade, de discriminação, de

marginalização que sejam decorrentes desses marcadores que já falamos anteriormente que são a raça e a etnia. Mas, outros também como elementos de religiosidade, de gênero dentre tantos outros marcadores, as ações afirmativas visam eliminar e combater efeitos acumulados em virtude de discriminações sofridas. Essa definição de ações afirmativas é importante para adentrarmos de vez nesse terreno reflexivo que são as relações étnico-raciais vivenciadas no Brasil. Acerca da existência de discriminação étnico-racial no Brasil, vale a pena chamar a atenção de que no País ainda prevalecem o racismo direcionado a negros e o etnocentrismo direcionado a povos indígenas. O etnocentrismo ainda é uma realidade e tem sido responsável por situações de degradação de seres humanos. Essa tendência que os grupos têm de privilegiar o próprio grupo, como sendo superior, tem afetado sujeitos que têm experimentado violações ao exercício da própria diversidade cultural. Da mesma forma que negros urbanos do Brasil têm experimentado situações que os impedem de elevar-se socialmente, de usufruírem de espaços de tomada de decisão e de poder, de adentrarem em espaços importantes desse País plural.

Chamo aqui a atenção para o fato de que há discriminação étnico-racial no Brasil, necessitamos reconhecer que essa discriminação tem provocado sofrimentos. Não combatemos inimigos invisíveis, para combatê-los precisamos enxergá-los. Para que o racismo e o etnocentrismo sejam combatidos é necessário reconhecer sua existência. O movimento social

organizado desempenha bem este papel e reivindica o tempo inteiro visibilidade para a especificidade de segmentos da sociedade que têm vivenciado situações de sofrimento profundo, de violação tremenda de direitos básicos, como direitos culturais, por exemplo, que estão relacionados às artes, mas que são relacionados também a uma memória coletiva. Não é mais admissível que esses direitos sigam sendo negados, é o que denunciam os movimentos sociais.

Políticas públicas são também a possibilidade de exercício de direitos constitucionais, já que favorecem intervenções e alterações de realidades injustas. E há uma voz que reivindica existência e também audiência às denúncias de situações de marginalização, exclusão, subalternização e inferiorização que devem ser superadas. Para combater situações que degradam seres humanos é necessário ampliar um posicionamento que é reflexivo, analítico, intelectual, mas que deve ser também político, portanto, de grupo e sociocultural, por permitirem problematizar a forma como os direitos culturais estão sendo efetivados. Questionamentos importantes devem ser feitos, tais como: como assegurar direitos relacionados às artes, à memória coletiva, ao fluxo de saberes, a produção de saberes a sujeitos que foram historicamente discriminados, relegados a um patamar extremamente inferiorizante da sociedade. Os direitos culturais deveriam assegurar uma possibilidade de conhecimento e utilização do próprio passado cultural que exerce força sobre o presente vivenciado. Um presente que recebe interferência ativa

desses sujeitos. Assim, os direitos culturais, além de garantirem e assegurarem o conhecimento de saberes do passado, via essa intervenção presente, devem assegurar, também, uma possibilidade de previsão sobre o futuro. Assegurar direitos culturais aos sujeitos humanos seria assegurar também direitos humanos, já que quando se fala de direitos culturais, implicada está a própria dignidade humana. Um desdobramento dessa primeira problematização seria como assegurar direitos culturais em cenários de colonialidade do saber, utilizando aqui termos de Aníbal Quijano. Em cenários nos quais vigoraram a empresa colonial, que instauraram degradações absurdas de sujeitos. Como assegurar direitos culturais a esses sujeitos? Como promover políticas públicas? Como realizar ações afirmativas? Como garantir que sejam executados conjuntos de programas, de ações, de atividades, que podem ser desenvolvidas pelo Estado de maneira direta ou indireta, e que visem assegurar direitos de cidadania? Como promover políticas específicas para segmentos específicos, atravessados por questões de étnico-racialidade? As políticas públicas correspondem a direitos garantidos constitucionalmente, e ações afirmativas também caminham por essa área, mas as políticas públicas de que falamos se afirmam também graças ao reconhecimento da sociedade e do poder público dos novos direitos, aqueles que permitem reconhecer a diferença. Nesta perspectiva, direitos não são somente relativos à igualdade, mas ao reconhecimento da diferença e de questões de identidades, estas construídas

como instrumentos políticos. A educação, por exemplo, é um direito universal constitucionalmente garantido, mas a educação carece de políticas públicas para que ela verdadeiramente se universalize. Estamos falando aqui de uma educação que fundamenta e é atravessada por questões de cultura, uma educação que assegura fluxos de saberes. Esta educação admite políticas públicas específicas, para segmentos específicos.

Na tentativa de alargar o conceito de cidadania definido como direitos e deveres políticos, civis e sociais assegurados e estabelecidos pela Constituição, chamamos a atenção para o fato de que nesses direitos e deveres comuns não estão contidas simbologias e valores que distanciam-se do valor nacional ou de um símbolo nacional. Para efetivar a cidadania é necessário romper com uma compreensão tão homogênea e hegemônica de cidadania. Gersem Baniwa, indígena, antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), desenvolve o conceito de cidadania diferenciada, que compreende dimensões de raça, etnia, racismo, etnocentrismo. A cidadania diferenciada é aquela que pressupõe a diversidade cultural e a autonomia, ou seja, a emancipação de povos, como os indígenas que não compartilham desses valores e símbolos nacionais, mas que demandam por autonomia e autodeterminação. A autodeterminação assegura aos grupos não hegemônicos direitos, tais quais: o desenvolvimento de culturas, de línguas, de medicinas, de alimentos, de comidas, de vestiário, de religiosidade.

A cidadania diferenciada, que contempla a autodeterminação, abrange questões de reconhecimento de territórios como espaços étnicos. Com o alargamento do conceito de cidadania, nos aproximamos de uma efetivação de cidadania que prevê o reconhecimento de territórios étnicos e de territórios quilombolas. Desta perspectiva, apresento alguns questionamentos que ajudam a discutir as relações étnico-raciais no Brasil, esse "paraíso racial". O professor Florestan Fernandes destaca nos seus estudos a compreensão de que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito. Essa ideia demonstra como os brasileiros têm dificuldades em perceber o Brasil como um País que discrimina étnico-racialmente. Há uma dificuldade em reconhecer-se como agentes dessas discriminações. Há também atores importantes que devem executar papéis fundamentais nesse cenário das relações étnico-raciais do Brasil. Destaco aqui quatro atores que desenvolvem papéis importantes, capacidade de agência e potencialidade de intervenção em situações de preconceito e de discriminação.

O Estado que deve zelar pela reversão de situações historicamente opressoras de vários segmentos das sociedades, como negros e indígenas. O Brasil vem assinando acordos internacionais desde a década de 1950, nos quais assume a responsabilidade de reverter situações de preconceito e discriminação. Em que medida esse papel do Estado tem sido bem desempenhado, ou, esses acordos assinados pelo País têm sido cumpridos? O País tem promulgado leis, a Lei 10.639, de

2003, que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de ensino básico, tem sido efetivada? É possível cobrar do Estado mais eficácia no desempenho desse papel? Os indígenas brasileiros têm direito à educação diferenciada por conta de suas especificidades étnicas. O Estado tem assegurado essa educação diferenciada para povos indígenas? A partir do momento em que se pensa sobre o papel do Estado, emerge o segundo ator que é o Movimento Social Organizado.

Tanto o movimento negro, quanto o indígena tem provocado questões instigantes, que passam pelo reconhecimento da diferença e pela reivindicação de agência, tanto do Estado, quanto da sociedade e dos indivíduos. Qual é o papel do movimento social? Ele tem sido um instrumento de pressão ao Estado, para que questões de direito e de cidadania, de direitos culturais sejam assegurados aos sujeitos que foram historicamente alocados em um patamar inferior na sociedade nacional?

E as instituições têm assegurado equidade, ou têm colaborado para reafirmar lugares de subalternidade e de inferiorização de sujeitos? O professor Kabengele Munanga, da Universidade de São Paulo (USP), concedeu uma entrevista em que destaca que as escolas têm reproduzido, de maneira muito eficaz, situações de racismo. O que realça essa preocupação com o papel que as instituições têm desempenhado. Quando pensamos em racismo inconstitucional, que é aquele racismo

reproduzido pelas instituições, como o Estado, a família, a igreja, a escola, nos indagamos sobre a possibilidade de um antirracismo institucional. Ou seja, é possível implementar ações no âmbito das instituições que visem combater preconceitos e discriminações ou as instituições têm se prestado somente a reproduzir situações de preconceito e de discriminação?

E um último ator, que ajuda a pensar sobre questões de reconhecimento e agência, é o próprio sujeito. Assim sendo, entendo que responsabilizar os sujeitos, os indivíduos, também colabora para revelar um agente importante de um racismo camuflado que é experimentado no Brasil. Como um indivíduo pode atuar para se não reverter, se não resolver, pelo menos trazer a tona, dar visibilidade para situações de opressão e de subalternização de outros sujeitos? A mudança de ambientes discriminatórios implica também em uma mudança individual. Obviamente, o Estado é um ator importante, o movimento social também, as instituições são importantes e devem começar a desempenhar bem o seu papel, mas a questão que colocamos agora é como um sujeito pode colaborar para reverter situações de preconceito e de discriminação?

Contribuímos para a efetivação do mérito individual e de direitos, quando assumimos o nosso papel, por exemplo, executando ações afirmativas, que também podem ser de âmbito individual; apoiando uma política pública emancipatória para povos indígenas ou uma ação governamental de inclusão de negros em determinados setores da sociedade. Destacamos que

o mérito é uma possibilidade somente em uma sociedade em que o direito e a cidadania prevalecem. Somente em democracias livres podemos perceber méritos individuais. Desta forma, em sociedades nas quais vigora o privilégio, o mérito é uma impossibilidade. O mérito só pode ser medido em condições de igualdade, se os sujeitos partem de lugares diferenciados para concorrer a um mesmo bem escasso, não estamos diante de mérito.

Quando assumimos nosso papel, nos aproximamos também de situações de igualdade. Neste ponto, vale um destaque para o fato de que diferença não é mesmo que desigualdade. A diferença é um fato que deve prevalecer, diferentes todos somos, mas essa diferença não deve ser hierarquizada, não deve colocar sujeitos em segmentos distintos nos quais uns são inferiorizados por conta de sua diferença, seja ela étnico-racial, ou de sexo, ou de sexualidade, ou de idade. Sem o reconhecimento da diferença não é possível o alcance da própria dignidade humana e o que prevalece é a imposição de padrões arbitrariamente consolidados. A dignidade humana é atravessada por questões de reconhecimento da diferença e por questões de agência no âmbito estatal, institucional, no dos movimentos sociais organizados e no individual.

No que se refere à necessidade de posturas antirracistas, ou à adoção de ações afirmativas, não raras vezes nos deparamos com falácias que devem ser problematizadas. Destacamos aqui três mais recorrentes para que amadureçamos

algumas ideias: A primeira falácia é de que as ações afirmativas, ou um direito cultural, destroem o princípio do mérito. Ora, o mérito é uma possibilidade somente em situações de equidade, se não há igualdade de direitos entre indivíduos, não há mérito, há privilégio. Uma segunda falácia é a de que ações afirmativas, ou uma política pública específica, aumentariam os índices de discriminação. Ora, o paraíso racial inexistente, portanto, não há situações de harmonia nas interações étnico-raciais. Ações afirmativas não aumentam índices de discriminação, mas revelam uma discriminação oculta. E uma terceira falácia é que as ações afirmativas, ou uma postura antirracista, contrariam o princípio de igualdade. Igualdade, de acordo com nosso ordenamento jurídico, é tratar desigualmente aqueles que se desigalam na prática. Em uma sociedade plural e diversificada étnico-racialmente, na qual vigoram o racismo, o etnocentrismo, o machismo, o sexismo, a homofobia, não há situação de igualdade. Esta se realiza pelo reconhecimento da diferença.

A adoção de ações afirmativas faz com que vislumbremos a efetivação de direitos de cidadania. E, em contextos nos quais são adotadas medidas reparadoras de situações de preconceito e discriminação, os fluxos de saberes circulam mais fluidamente. Uma tendência que pode ser observada em cenários socioculturais, que foram alterados pela efetivação de direitos culturais, implementação de políticas públicas e adoção de ações afirmativas é uma nova prática antidiscriminatória e até antirracista. Uma espécie de aumento de tolerância à diferença,

que altera práticas passa a vigorar com a incidência de uma naturalização de ambientes mais democráticos, de tolerância e respeito às diferenças. Em uma sociedade como esta, movimentos de naturalização atingem não mais o racismo, não mais o etnocentrismo, visam naturalizar o reconhecimento e o respeito à diferença e ao diferente, não mais tornado desigual. Em contextos de garantia de direitos culturais, de políticas afirmativas, a naturalização é de práticas mais democráticas, mais cidadãs, em que o direito, e não mais o privilégio, é instituído.

Questões de direito e de cidadania são uma necessidade para nossa sociedade contemporaneamente e estas questões podem ser ensinadas, sobretudo no ambiente escolar, mas em ambiente de educação que extrapola o ambiente escolar também. Nós aprendemos tão facilmente, tão fluidamente, tão naturalizadamente a discriminar, podemos investir energias em um aprendizado da tolerância, do respeito e da efetivação de direitos. Essa é a ideia central para fechar esta discussão, que ilustro com uma reflexão de Nelson Mandela que nos lembra que: "ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar."